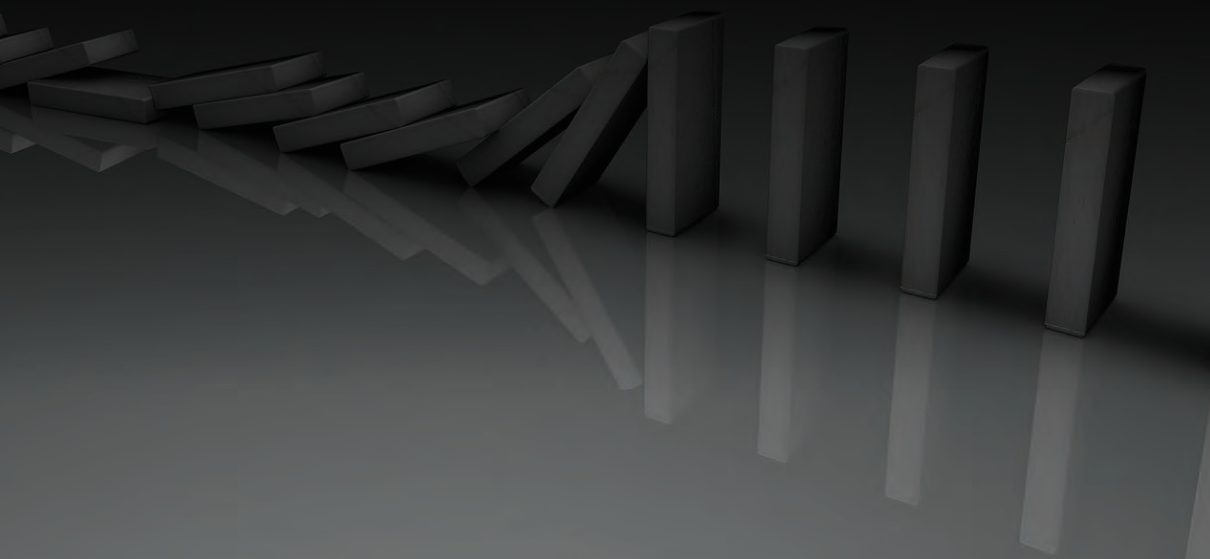


LUCIANO LOURENÇO
ANTÓNIO AMARO
(COORDS.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

RISCOS E CRISES

DA TEORIA À PLENA MANIFESTAÇÃO



A VISÃO DO RISCO PELA SOCIOLOGIA RISK AS VIEWED BY SOCIOLOGY

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos-UFSCar
norma.valencio@ufscar.br

Sumário: Na perspectiva sociológica, o risco está relacionado com as interações sociais e representações sociais. Assim, o contexto sociocultural é muito importante para explicar as origens desse problema. Através da menção a uma variedade de catástrofes ocorridas pelo mundo nas últimas décadas, o texto enfatiza o caráter econômico do espraio dessas ocorrências bem como a impossibilidade institucional de controlá-las.

Palavras-chave: Interação social, riscos, sociedade de risco.

Abstract: Sociology sees risk as being related to social interactions and social representations. Thus, the sociocultural context is very important to explain the origin of this problem. This paper uses a variety of disasters that have occurred in recent decades to highlight the economic character of these occurrences as well as the institutional impossibility of controlling them.

Keywords: Social interaction, risks, risk society.

Introdução

O último século apontou para um cenário sombrio: o de incremento de riscos passíveis de se materializarem não apenas em vultosas catástrofes como também através de inusitados tipos de catástrofes (Quarantelli, Lagadec & Boin, 2007). Na perspectiva das Humanidades, os riscos estão longe de nascerem como algo palpável, pois derivariam do universo cultural de cada povo, subgrupo e indivíduo (Douglas e Wildavisky, 1983); tratar-se-ia de um qualificativo sobre certos estados, operações e situações socioambientais, oriundo dos filtros classificatórios do mundo que são incorporados por meio dos processos, formais e informais, de ensino-aprendizagem aos quais o sujeito social está submetido em seu contexto de vida. Essa classificação não é estática, pois os conteúdos representacionais sobre a realidade concreta se alteram assim como promovem alterações da própria realidade concreta. Vieses de classe social, de crenças religiosas, de ocupações profissionais assim como de bases científicas podem dar direções muito distintas à definição do conceito de risco ou ao reconhecimento de dada situação como tal. Seja na sociologia como na antropologia, que tem como centro o estudo das interconexões de diferentes sujeitos, comportamentos e culturas na escala micro ou macrosocial (Roberts, González de la Rocha, M. & Escobar Latapí, 2013), o tema do risco adquire uma forte associação ao campo das representações sociais. Essas iluminam as categorias de pensamento que regem o modo como a realidade é coletivamente apreendida e explicada. Ainda, as representações sociais que se tornam o senso comum de um povo pautam as condutas ordinárias da vida social, seja estruturando as instituições ou pondo em marchas as relações sociais de coesão ou conflito (Minayo, 1995).

Numa perspectiva sociológica de âmbito macrosocial, podemos considerar que os mais graves riscos contemporâneos derivem, direta e indiretamente, dos mecanismos de funcionamento, do ritmo e da abrangência do modo de produção capitalista. Há certo consenso científico de que esteja em curso mudanças climáticas globais e que as mesmas decorram de “fatores antropogênicos”; em essência, tais fatores se expressam através da história de dominância da dinâmica urbano-industrial no planeta, deflagrada pela Revolução Industrial, do que resulta

a grande emissão de gases de efeito estufa (IPCC, 2014). Nos dias atuais, a indústria de grande porte e de alta tecnologia – especialmente, nos ramos nuclear, químico, biológico e automotivo –, que se expandiu sob a justificativa de melhoria da qualidade de vida da sociedade, avançou economicamente pelo globo devido a sua legitimação política. Isso levou à disseminação de produtos e processos que alteraram irreversivelmente o modo de vida urbano e rural planeta afora, mas cujos efeitos ambientais deletérios a técnica não consegue deter. Os lugares e as pessoas se globalizaram (Santos, 1998) por meio de sua adesão à tecnificação ou convivência forçada com seus efeitos. Mas, a tolerância social para com os pontuais efeitos ambientais adversos tem resultado em que esses cresçam e se proliferem, propiciando preocupantes sinergias que, então, encontram um ponto de rutura que se manifestará em incidentes, acidentes ou catástrofes.

Riscos incontroláveis

O caso de Chernobil, ocorrido em 1986, demonstrou emblematicamente que a cultura organizacional industrial, tende a sobrestimar a sua capacidade de controle sobre os riscos que produz, suscitando os *acidentes normais* (Perrow, 1999), os quais extrapolam as fronteiras da planta industrial, do país de inserção e da geração que o presenciou diretamente. O caso de Bhopal, em 1984, já tinha apontado algo semelhante, sobretudo, em relação à relativa indiferença institucional, tanto empresarial quanto governamental, quanto ao destino de milhares de vidas que foram prejudicadas por morte imediata ou por danos permanentes à saúde, recrudescendo o sofrimento social (Das, 2000); o recorte de classe e etnorracial de desproteção civil repetiu-se no caso Katrina, ocorrido em agosto de 2005 (Bullard, 2006).

No caso dos *tsunamis* que ocorreram, em dezembro de 2004, em vários países asiáticos e africanos, elucidou-se a nova trama socioespacial dos riscos, que enodoa o ‘lá’ e o ‘cá’, uma vez que milhares de turistas estrangeiros estiveram entre os mortos e desaparecidos (Valencio, 2013). Por fim, o caso de Fukushima, em março de 2011, relevou que a sinergia entre diferentes *hazards*

(naturais e tecnológicos) pode ampliar sobremaneira a abrangência territorial e social da devastação. Aos milhares de mortes e desaparecimentos, que foram testemunhados de maneira impotente pelo meio técnico e governamental japonês, acresceu-se a necessidade de evacuar milhares de famílias e acolhê-las em abrigos provisórios que, por perdurarem anos, revelaram-se não tão ‘provisórios’ assim, descortinando as falhas nas medidas recuperativas plenas.

A obsolescência planejada de artefatos e serviços na sociedade de consumo de massa bem como o aumento da circulação dessas mercadorias e dos fluxos de pessoas por todo o globo engendram indissociáveis efeitos benéficos e maléficos socioambientais. Tais efeitos vão da reificação da felicidade, traduzida no momento da aquisição da nova mercadoria – como a de sofisticados equipamentos de comunicação, que possibilitam que a vida virtual se torne mais envolvente do que a presencial –, à disseminação rápida de vírus que geram doenças graves e fatais em humanos e outros seres vivos e para os quais não há processos de cura eficazes. Esse contexto ambíguo foi o que Beck (1992) denominou como *sociedade de risco*, um processo global de saturação – em termos produtivos e relativo ao consumo –, que se assenta na imagem de propagação de bem-estar enquanto engendra o seu contrário, isto é, malefícios concretos e multidimensionais que deterioram a qualidade de vida. Em suas palavras, o conceito de sociedade de risco designa “*uma fase da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial*” (Beck, 1997, p. 15). Porém, por um lado, esse controle e proteção, que deixam de ser público para serem privados, são mediados por relações mercantis cuja rentabilidade depende do alardear de ameaças, pois a indústria da segurança se alimenta de medos reais ou presumidos; por outro lado, o avanço da produção de bens e de serviços através de megatecnologias, como na produção genética, na supermilitarização, na indústria química ou informática, corresponde a megaorganizações que creem no controle total da situação, mas cuja envergadura aumenta a probabilidade de que ‘algo dê errado’ e quando isso ocorre, ficam em considerações organizacionais setoriais insuficientes para lidar com a vida real, múltipla e complexa, na qual seus erros interferiram de maneira nefasta (Beck, 1997).

Um caso recente, brasileiro, foi o do desastre relacionado ao rompimento de barragem de rejeitos da empresa Samarco, uma *joint-venture* das gigantes Vale e BHP Billinton. As preocupações centrais da empresa com a dinâmica cíclica do mercado mundial de minérios e com a rentabilidade dos acionistas repercutiu numa frágil qualidade técnica dos procedimentos de deposição de rejeitos, num colapso das obras civis que resultou em prejuízos sócio ecológicos de grande monta ao longo da bacia do rio Doce (Milanez *et al.*, 2015).

Das incertezas manufaturadas ao desamparo radical

Giddens (1991), por seu turno, denominou o contexto global atual como *modernidade tardia*, a saber, uma construção cognitiva com repercussões na elevação das incertezas na vida prática. Ambos os autores, Giddens e Beck, convergem na identificação de um aumento da desconfiança pública nas práticas tecnológicas correntes dos diversos sistemas peritos – sejam eles empresariais ou governamentais –, especialmente, no que diz respeito às respectivas capacidades dos mesmos de neutralizar os perigos decorrentes de sua ação. Essa desconfiança pública pressiona para a *reflexividade* dos sistemas peritos (Giddens, 1991), isto é, para que esses exercitem a sua capacidade de autocrítica e de assimilação de críticas externas, reconhecendo seus erros e imperfeições e, assim, reorientando os rumos de sua ação. Quanto mais baixa a reflexividade de um sistema perito, mais a rigidez de sua visão de segurança gera inquietude para aqueles que com o mesmo convivem. Isto é, a resistência à mudança contribui no incremento das *incertezas manufaturadas* (Beck, 1999); dado que vivemos contemporaneamente em processos sociais não-lineares, a falsa crença de uma organização, pública ou privada, de que ela tenha um controle total sobre aquilo que faz ou que possa corresponder eficazmente às injunções externas suscita práticas cujas consequências socioambientais são imprevisíveis.

Convém, ainda, considerar que, se as organizações se agigantam, o mesmo ocorre no caráter relacional das incertezas que essas geram no âmbito econômico, social e político. Isso pode ser levado ao paroxismo no entremear de uma crise

no mercado em que as mesmas atuam, levando milhares de trabalhadores ao desemprego, com instabilidades nas estruturas decisórias institucionais governamentais e a resultante perda do sentimento de segurança e proteção por parte de diferentes estratos sociais, contribuindo para o aparecimento e proliferação de indícios de anomia social. Os riscos manufaturados apresentam esse caráter integrado porque a sua face mais visível, a que se associa ao progresso geral, também é triplamente articulada, incidindo não apenas sobre a vida econômica – no nível de emprego, nos impostos recolhidos aos cofres públicos – mas, sobre a vida política – financiando candidatos, cuja vitória garante políticas econômicas alinhadas com seus interesses – e sobre a vida social, especialmente, nesse particular, incidindo sobre a política de ciência e tecnologia voltada para a otimização das condições de lucratividade dessas megatecnologias. Tais articulações concorrem para que haja menos pressões sobre essas estruturas e ouvidos moucos para com as denúncias de comprometimento da saúde e do bem-estar dos seres vivos; autoridades relutantes persistem, o quanto possível, na convivência com poluentes, contaminantes e resíduos, o que, por seu turno, gera aumento da carga de dejetos a serem despejados nos serviços de saneamento, no aumento da demanda por serviços de saúde, no desaparecimento de espécies silvestres, entre outros. Talvez, a questão de fundo seja a de que o estilo de vida predominante na modernidade recodificou, como um novo *nicho* (Ingold, 2011), a convivência com tais riscos através de cadeias, ciclos e fluxos ambientalmente insustentáveis (Turner, 1994); mas, com os quais a sociedade segue adaptando-se ao ponto de se esquecer das propriedades autofágicas desse processo. Assim, a performance de controle total sobre fatores ameaçantes, através do aumento das forças de vigilância, não corresponderia à real capacidade de fazê-lo (Irwin, 2001), sendo apenas recursos de acobertamento das fragilidades institucionais, prejudicando a pressão e o controle social sobre a situação alarmante (Douglas & Wildavsky, 1983).

No nível microssocial, mascarar riscos é um comportamento social muito frequente porque viver sob um amplo horizonte de incertezas pode ser emocional e simbolicamente dilacerante, minando a ideia de sucesso em torno de conquistas materiais, sociais e existenciais que pautam a vontade de seguir em frente (Menezes, 2006).

Conclusão

Na junção entre os contextos macro e microssociais, para se suplantar o desamparo coletivo – isto é, a falta de garantias do sujeito no mundo – o mundo urbano-industrial, travestido atualmente em sociedade de serviços, mantém a ilusão de que há controle institucional sobre forças adversas; escamoteia, com isso, a preocupante pulsão de morte por detrás de uma ordem social que endossa a capacidade destrutiva concentrada de certos agentes econômicos e políticos (Menezes, 2006). Portanto, o desvelamento desse desamparo coletivo exigiria procurar aquilo que está oculto sob a ordem estabelecida, ou seja, identificar a desordem que as instituições escamoteiam. Tal busca seria mais exitosa através das margens da sociedade, onde o Estado constantemente falha (Das & Poole, 2008) e onde se encontram as ricas experiências subjetivas daqueles, cujas vidas são feixes explícitos de inseguranças e vulnerabilidades (Kroll-Smith & Gunter, 1998). Os desfiliaados sociais sentem, de um modo desproporcional, as disfuncionalidades do progresso, pois suas vidas são tecidas por fios de precariedade material e física assim como de assédios morais e agravos emocionais que suscitam com frequência quadros patológicos, oriundos da forma limitada como as instituições pensaram suas políticas de prevenção e precaução contra crises (Lieber & Romano-Lieber, 2005). Entretanto, os sinais dos riscos costumam ser invertido pelas forças políticas e econômicas dominantes; os desfiliaados sociais, ao invés de serem ouvidos, passam a ser apontados como sendo eles os fatores de risco. O discurso dominante adota um caráter moralizador, estigmatizando os “grupos de risco” que têm “comportamentos de risco”, os moradores de “áreas de risco”, que não têm “percepção de risco” e assim por diante, evitando assim o entendimento efetivo dos processos sociais estruturantes dessas debilidades (Cardoso, 2006), e as lógicas operativas que geram uma distribuição diferenciada de riscos (Lindell & Perry, 2004).

Quanto maior a variedade e quantidade de riscos que possam se concretizar em catástrofes, mais necessário se torna o esforço de compreensão científica e técnica deste processo social através de uma escuta atenta das pessoas comuns que estão mais expostas (Kroll-Smith & Gunter, 1998); com base em sua

péssima qualidade de vida e vivência ambiental cotidiana desafiadora, essas pessoas poderão dizer o quão confiáveis são as medidas protetivas ao seu dispor e o quão plausíveis são os planos de contingência aventados caso o pior venha a ocorrer com elas. Esse é um ponto de partida substantivo para procurar a verdade sobre os fatos ou tomar as providências cabíveis para reduzir as incertezas no horizonte, onde despontam nuvens cinzentas.

Referências bibliográficas

- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: SAGE.
- Beck, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: U. Beck; A. Giddens; S. Lash (Orgs.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: EdUNESP, 11-71.
- Beck, U. (1999). *World risk society*. Cambridge and Malden: Polity Press.
- Bullard, R. (2006). Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: S. Herculano; T. Pacheco (Orgs.). *Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 126-147.
- Cardoso, A. L. (2006). Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, 20, 27-48.
- Das, V. (2000). Suffering, Legitimacy and Healing: the Bhopal case. In: S. Kroll-Smith, P. Brown & V. Gunter (Eds.). *Illness and the Environment: a reader in contested medicine*. New York University Press, 270-288.
- Das, V. & Poole, D. (2008). El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, 27, 19-52.
- Douglas, M. & Wildavsky, A. (1983). *Risk and culture – and essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: EdUNESP.
- Ingold, T. (2011). *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge.
- IPCC- Panel Intergovernmental on Climate Change. Climate change 2014 – synthesis report, summary for policymakers. Acedido em 04 de março de 2016 em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf
- Irwin, A. (2001). *Sociology and the environment: a critical introduction to society, nature and knowledge*. Cambridge and Oxford: Polity Press and Blackwell Publishers Ltd.
- Kroll-Smith, S.; Gunther, V.J. (1998). Legislators, interpreters, and disasters. In: E.L. Quarantelli (Ed.). *What is a disaster? Perspectives on the question*. Routledge: London and New York, 160-176.
- Lieber, R. R.; Romano-Lieber, N. S. (2005). Risco e precaução no desastre tecnológico. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 13, 67-84.

- Lindell, M. K. & Perry, R. W. (2004). *Communicating environmental risk in multiethnic communities*. California: Sage Publications, Inc.
- Menezes, L. S. (2006). *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade – um estudo psicanalítico*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Milanez, B. *et al.* (2015). *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. (Relatório Final, mimeo) Juiz de Fora: UFJF.
- Minayo, M.C.S. (1995). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: P. Guareschi, P & S. Jovchelovitch. 8.a ed. Petrópolis: Vozes.
- Perrow, C. (1999). *Normal accidents: living with high risk technologies*. Princeton: Princeton University Press.
- Quarantelli, E.L., Lagadec, P. & Boin, A. (2007). A heuristic approach to future disasters and crises: new, old, and in-between. In: H. Rodríguez, E. L. Quarantelli & R. R. Dynes (Eds.). *Handbook of disaster research*. Springer: New York, 16-41.
- Roberts, B., González de la Rocha, M. & Escobar Latapí, A. (2013). La cercana y distante relación entre la antropología y la sociología. In: V. García Acosta & G. de la Peña (coords.). *Miradas concurrentes. La antropología en el diálogo interdisciplinario*. México, D.F.: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social.
- Santos, M. (1998). *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Turner, J.H. (1994). *Sociologia - conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books.
- Valencio, N. (2013). Nunca soubemos o que aconteceu...: a (in) capacidade pública em lidar com os riscos de desastres no contexto de globalização. In: L.F. Lourenço & M.A. Mateus (Coord.). *Riscos naturais, antrópicos e mistos – homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo*. Coimbra: Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.